

A Crise Ucraniana de 2013-2014: Seu Contexto e Suas Implicações no Jogo de Poder da Rússia

Laércio Junio da Costa¹.

Resumo

O presente artigo visa dar maior compreensão ao sistema geopolítico da Federação Russa. Como ela age e o porquê de suas movimentações serem em suma maioria de cunho imperialista. Com isso, analisaremos as ligações entre Rússia e Ucrânia e como essas relações se desintegraram. Para tanto, utilizaremos de contexto a Crise Ucraniana, de 2013-2014, de modo que a mesma possa nos dar maior clareza sobre a política externa da Rússia de Vladimir Putin (no comando desde 2000) e sobre o seu comportamento para com sua região de influência e também para com o Sistema Internacional.

Palavras-Chave: Rússia, Ucrânia, Ocidente, Crimeia, Geopolítica, Imperialismo, União Europeia.

Abstract

This article aims to give greater understanding to the geopolitical system of the Russian Federation. How it acts and why its movements are mostly imperialist in nature. With this, we will analyze the links between Russia and Ukraine and how these relations disintegrated. To this end, we will use the 2013-2014 Ukrainian Crisis in context, so that it can give us more clarity about Vladimir Putin's Russian foreign policy (in charge since 2000) and his behavior towards his region. influence and also towards the International System.

Keywords: Russia, Ukraine, West, Crimea, Geopolitics, Imperialism, European Union.

¹ Discente do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

I. Introdução

A crescente onda de instabilidade na região do Mar Negro, advinda desde 2013, com a Crise na Ucrânia, fez ressurgir uma onda nacionalista na região. A Ucrânia, nação que há pouco tempo havia constituído sua soberania, se viu a partir 1991 entre os europeus e Rússia. As questões ucranianas sempre afetaram a Rússia, como também a Europa. Houve sucessivas trocas de governo, sucessivas revoltas e mesmo revoluções, como a Revolução Laranja, que fez ascender Viktor Yushchenko, em 2004. Como não bastasse, mesmo que os presidentes ucranianos se mantivessem em condições de neutralidade no que tange os dois pólos de poder - Rússia e União Europeia - não se atenuava o enorme caos causado pela manutenção da barganha com essas potências. O estopim se deu com a chegada ao poder de Viktor Yanukovich, em 2010. Proeminente político pró-Rússia que, mesmo assim, manteve a política de barganhar com os dois lados (FRANCO, 2015).

Ainda no mandato, o presidente Yanukovich se viu diante de uma encruzilhada que pôs fim ao seu governo: ou ele assinava um acordo de cooperação com os europeus, ou uma união aduaneira com os russos. Devido às suas escolhas (que serão vistas nas seções seguintes), houve uma profunda reação em cadeia, gerando uma cisão ucraniana com a Rússia, além de que ocasionou em uma mudança de polos de poder na Ucrânia, fazendo surgir tensões comparadas com o período da Guerra Fria, entre Rússia e Ocidente. O evento conhecido como Crise ucraniana, iniciada em 2013, será de vital importância para que possamos analisar, na prática, as ações e reações da Federação Russa para com seus Estados vizinhos e para com os ocidentais.

Mas antes, precisaremos analisar as origens que ligam Rússia e Ucrânia, advindas do surgimento da *Rússia de Kiev*, por volta do ano de 882 depois de Cristo e, seguindo pelo curso da História, tentaremos entender a ligação de ambas e o porquê de os ucranianos serem muito importantes para a '*Mãe Rússia*'.

Sendo assim, a questão da *Geopolítica* torna-se um elemento-chave para o entendimento mais assertivo a respeito das movimentações russas no jogo de poder global. Para tanto, também se faz necessário entendermos um pouco dos conceitos de *Hegemonia* e *Império*, além de analisarmos as correntes teóricas que surgiram na Rússia de pós-1991, de modo a chegarmos ao ponto central do embate que o mesmo artigo

pretende (utilizando como exemplo prático a Crise da Ucrânia): mostrar as razões que a Rússia tem para seguir tais políticas imperialistas e expansionistas, de modo a conquistar a hegemonia na Eurásia e o porquê de a mesma possuir esse comportamento.

Dividiremos o presente Artigo em 6 seções: a **seção 1**, da **Introdução**. A **seção 2** será dedicada aos **contextos teóricos de Hegemonia e Império**, de modo a termos um pouco mais de clareza para quando tivermos que tentar entender a maior nação territorial do mundo: a Rússia. Além de podermos ter ciência das correntes teóricas que surgiram dentro de seu território após o fim do regime soviético. Na **seção 3**, abordaremos o **contexto histórico da atual Federação Russa**, de como teve ligações territoriais com a Ucrânia até o momento em que a mesma se tornou independente do Império Soviético. A **seção 4** será dedicada a conhecermos um pouco sobre **a história da Ucrânia** e como ela está ligada com a Rússia, até que todas essas ligações não se suportam mais e se rompem entre 2013 e 2014. Na **seção 5** chegaremos ao momento da **Crise Ucraniana**, com detalhes e posições de ambas as partes envolvidas – aqui denota-se Rússia e Ucrânia – e como a influência externa dos Estados Ocidentais trouxeram consequências avassaladoras tanto para os ucranianos – que perdem parte de seu território e que buscam conter a famigerada Guerra Civil que havia se alastrado pelo país – quanto para os russos, que se veem abarrotados de sanções econômicas impostas pelo Ocidente, além do gravíssimo isolacionismo imposto pelos mesmos à Mãe Rússia. Por fim, a **seção 6** propõe uma **Conclusão** dos acontecimentos e a análise das consequências posteriores à Crise Ucraniana e, mas não menos importante, ao final, as referências bibliográficas utilizadas para concluir essa obra.

2. Conceitos de Império e Hegemonia: Comportamentos imperiais e nacionalistas enraizados na Rússia

A Rússia é uma nação que, na maioria das vezes utilizou a força para atingir seus objetivos, no que tange os objetivos imperialistas e os pela busca da hegemonia em seu espaço de influência. Foi assim na luta do Grão-Ducado de Moscou contra a Horda Dourada mongol, em meados de 1380, na manutenção do Império dos Czares (de 1613 a 1917), no Império da União Soviética (1922-1991), até o ressurgimento da política nacionalista de Vladimir Putin, nos anos 2000. Com efeito, se faz necessário um melhor entendimento de dois conceitos-chave no complexo teórico das Relações Internacionais para a busca de um maior entendimento sobre as ações russas e suas motivações.

Sandra Destradi, em seu artigo, vem nos mostrar seu conceito de *Império*: Estados autossuficientes que procuram se proteger diante de um ambiente anárquico. Estes Estados procuram resolver seus problemas de forma unilateral, coagindo seus oponentes e, quase que frequentemente utilizam-se da força para atingir seus objetivos. A mesma autora cita o “Império dos Estados Unidos” para explicitar a Nova Ordem Mundial dominada pelos estadunidenses, que se baseia na liderança isolada, na manutenção do poder devido o enorme poder militar (e, principalmente o poder nuclear), porém, sendo um Império “benevolente” para com os seus aliados. Alguns chamam os Estados Unidos (EUA) de gananciosos, pois o mesmo se diz “benevolente”, mas se opõe a qualquer tipo de Estado opositor a si, não aceitando as diferenças, impondo seu sistema e sua cultura para os demais, além de que os que não se aderem à “política americana”, sofrem com sanções (Rússia), invasões militares (Iraque) e até mesmo o isolamento total (Cuba) (DESTRADI, 2010).

Os Impérios se tornam centros de controle político que se impõem perante demais sociedades, para assim implicar um controle hierárquico *de facto*. Com isso, há a implicação na soberania dos demais Estados, limitando-a a merca casualidade simbólica. A coerção vai se tornar o meio principal de abordagem dos Impérios, já que suas ameaças sempre serão críveis do uso da força, levando o Estado coagido a adotar os anseios do Império em questão. Esses Impérios se tornam obrigados a manterem sempre a ameaça da intervenção militar pairando sobre seus subordinados, conforme eles não cumram a vontade do Império. Caso contrário, corre-se o risco da perda do poder dominante e, conseqüentemente, rebeliões opositoras. Nações consideradas Imperiais vão ter uma forte tendência a preferir resolver problemas unilateralmente, além de um sentimento de não cooperar em questões de resolução de conflitos. Portanto, percebemos que o domínio imperial se torna ilegítimo, pois se baseia em uma relação de hierarquia entre o Estado dominante e o(s) Estado(s) dominado(s), que leva ao uso de ameaças e de força militar, com políticas agressivas e intimidadoras que, conseqüentemente, irá levar seus subordinados à revolta perante o centro imperial, que, por fim, pode levar a uma ‘subjugação inevitável’ pelo poder do Império (DESTRADI, 2010).

A Hegemonia é muitas vezes utilizada como um sinônimo do Império ou da Liderança, mas se torna um termo muito mais complexo. Para Sandra Destradi, a Hegemonia “is a form of power exercised through strategies which are more subtle than those employed by states behaving as imperial powers”. Seus meios de uso do poder podem variar de acordo com os esforços de pressão até mesmo da propagação de normas

e valores do *Hegemon*. O Estado Hegemônico usa sua cultura e valores para estender seus domínios e levar os Estados subjulgados a se unirem a ele. Daí vem a ideia do “centauro de Maquiavel” que, sendo metade homem, metade animal, faz analogia à duplicidade do Poder: ora terrível e coercitivo, ora consensual e hegemônico. Quando há o consenso, a hegemonia prevalece, sendo que o uso da força e da coerção ficam apenas em casos extremos. A hegemonia vai se situar na metade do caminho, entre a mera influência e a dominação total. É, portanto, uma forma singular de Liderança, mas não como uma “hegemonia benevolente”, e sim como uma forma de poder medir os custos e benefícios dos Estados subordinados, assim como o seu nível de fraqueza (DESTRADE, 2010).

A Federação Russa é uma nação caracterizada como imperialista, que se utiliza de meios e ações coercitivas para conseguir atingir seus objetivos no Sistema Internacional. Contudo, durante os anos de Boris Yeltsin, houve uma tendência à Ocidentalização e, com isso, uma certa guinada à cooperação internacional para manter a segurança interna.

Os Ocidentalistas, ou mesmo Liberais pró-Occidente, aproveitaram a queda soviética para propagarem seus ideais, voltados para uma maior ocidentalização da nação que veio a surgir. Os teóricos do que veio a chamar-se “Ocidentalistas” pregavam a segurança coletiva dos Estados Nacionais, o apoio à globalização, além da adesão russa à Organização Mundial do Comércio (OMC). Seus principais idealistas, Alexei Arbatov e Dmitry Trenin, pregavam que a Rússia não apenas se assemelhasse com o Ocidente, mas que se tornasse, de fato, um país Ocidental. Essa teoria se enfraqueceu pouco tempo depois, com a chegada de Putin ao poder (KUCHINS e ZEVELEV, 2012).

Porém, o caos causado pelo governo Yeltsin fez com que o Ocidentalismo enfraquecesse, dando surgimento aos chamados Balanceadores de Poder. Os Balanceadores de Poder estavam mais preocupados com a centralidade do Estado e com a manutenção dos interesses nacionais russos no Sistema Internacional. Sob a liderança do teórico Evgeniy Primakov, o “Kissinger” russo, essa escola de pensamento russa defendia que a Rússia deve sim manter sua esfera de influência dos tempos da União Soviética, de modo a frear o avanço estadunidense no mundo (KUCHINS e ZEVELEV, 2012).

Alguns teóricos do ‘ocidentalismo’ se converteram a essa escola de pensamento, devido às decepções que tiveram com os Estados Unidos e Europa, no que tange as políticas de reação para com a Rússia. Não queriam se tornar inimigos do Ocidente, mas pregavam a competição entre ambos, sendo que a Rússia deveria importar tecnologia ocidental, os investimentos estrangeiros diretos (e, por conseguinte, a modernização que

se viria a ter), de modo que pudesse haver competição com os europeus. Essa escola objetiva uma maior integração entre Estados Unidos, União Europeia e Rússia, de modo a aumentar a competitividade entre os mesmos, seguindo os preceitos da cooperação entre os Estados (KUCHINS e ZEVELEV, 2012).

Com a chegada de Vladimir Putin ao poder em 2000, pudemos vislumbrar a retomada do Nacionalismo exacerbado russo e de seus ideais de “defesa sanitária” para com os Estados que possuem fronteiras com os russos. Os Nacionalistas são totalmente opositores dos Estados Unidos. São contra a imposição da cultura ocidental na Rússia e a favor da expansão russa para sua região de influência. Dentro dessa corrente, há os *ne imperialistas*, representados por Aleksandr Dugin, Yuri Luzhkov e Konstantin Zatulin, que defendem a dominação da Rússia nos espaços que eram da antiga União Soviética, favorecendo o exército, criando grandes cidades e indústrias poderosas, e também os *etnonacionalistas*, liderados por Aleksandr Solzhenitsyn, também defendem a expansão russa, porém apenas em regiões que contém cidadãos étnicos russos, ou mesmo que a cultura desses Estados se assemelhem com a Mãe Rússia (KUCHINS e ZEVELEV, 2012).

Putin é muito ligado ao passado soviético. Acusa os antigos dirigentes da União Soviética de atentarem contra a soberania e contra a grandiosidade da Mãe Rússia. Suas posições são claramente de conseguir trazer a glória e o poder que foi tirado dos russos com a quebra da URSS. Devido a isso, através dessas correntes geopolíticas, podemos entender mais sobre a política ‘*hard power*’ dos russos no espaço eurasiático, considerado e já explicitado o quão vital essa região é para a manutenção da estabilidade e da segurança da Federação Russa como um todo. Com isso, podemos ter ciência de que o atual presidente russo utiliza claramente das correntes nacionalista e de balanço de poder para defender suas ações imperialistas hegemônicas sobre as antigas Repúblicas soviéticas, mas também para pregar que suas ações são para retomar um equilíbrio que foi quebrado com o término da Guerra Fria.

Com o atual presidente da Rússia, há o resgate de alguns valores identitários do Eurasianismo e do Nacionalismo russo. Aleksandr Dugin (1997, apud MATOS BARBOZA, 2018), principal teórico da teoria Neoeurasiana ou mesmo Nacionalista (e amigo pessoal de Putin), defende que o Estado sempre esteja acima do indivíduo. Também vai resgatar posições de autores clássicos da Geopolítica, como Mackinder e Klaus Haushofer, para afirmar que, com a Eurásia sendo o *Heartland* – o coração pulsante do mundo – logo, a Rússia deve ser o núcleo desse coração. Ele redesenha o mundo

unipolar e globalizado em quatro *Zonas Meridionais*: a primeira seria a Zona Anglo-Americana, a segunda, seria a Zona Euro-Africana, a terceira, a Zona Rússia/Ásia Central e, por fim, a Zona do Pacífico. Desse modo, para que a Rússia volte a dominar na Eurásia, não seria necessário uso de força armada ou coisa do tipo, mas sim, um sistema de desestabilização dos inimigos, como o uso de desinformação sob o patrocínio de dirigentes moscovitas e de seus aliados, de modo a trazer de volta o empoderamento russo diante de Estados Unidos e seus aliados fiéis (MATOS BARBOZA, 2018)

Desde já, precisamos mergulhar no passado russo e ucraniano para acessarmos todas as informações de relevância para chegarmos ao período Putin, o atual, de modo que o contexto histórico e geopolítico da Rússia nos ajude a catalisar informações relevantes para entendermos o porquê de os nacionalistas russos serem tão fortes em seu território e se suas ideias fazem mesmo sentido, seguindo o contexto da história Russo-Ucraniana.

3. A Grande ‘Mãe Rússia’ e sua História

3.1 De Kievan Rus à Maior Nação Comunista Do Planeta Terra

A Rússia como conhecemos hoje nasceu de tribos eslavas oriundas do oriente europeu, por entre os séculos III e VIII. O povo no qual chamamos hoje de Eslavos veio de tribos escandinavas que se instalaram nas imediações que conhecemos hoje como a Rússia. O líder deles, Rurik, conquistou a cidade de Novgorod (cidade da atual Rússia) e, com isso, iniciou a expansão eslava pelo continente. Seus herdeiros foram mais distantes, levando o povo *Rus* para o sul, até Kiev, estabelecendo-se na mesma e procurando expandir para as demais tribos vizinhas. Oleg, príncipe viking, surge para unificar os povos eslavos envoltos a Kiev e fundar uma frágil confederação com as tribos eslavas, conhecida como “Rússia de Kiev”. Graças a Oleg e a sua unificação eslava, os príncipes da antiga *Rus* enriqueceram-se com as conexões comerciais, desde os *khazares* até os seminômades da Ásia Central, propiciadas por ele. Pedro I (1682-1721), conhecido como “O Grande”, um monarca que modernizou da Rússia czarista, se tornou um monarca dedicado a expandir as fronteiras russas para o sul, em direção a águas mais quentes no Mar Negro. Ele se importava com o comércio da novata Rússia Imperial e sabia que do jeito que estava, com as águas russas congeladas na maior parte do ano, seu recém Império tenderia ao colapso. Para tanto, construiu as duas maiores cidades da

Crimeia: Simferopol e Sebastopol. Porém, essa expansão em direção à Crimeia causou a ira dos Turcos-Otomanos e da Grã-Bretanha, que temia uma quebra no equilíbrio de forças na Europa. Com isso, e devido à insatisfação crescente dos ucranianos e dos tártaros que viviam na Crimeia, os britânicos travaram uma guerra com os russos pela Crimeia, tendo perdurado de 1853 a 1856. Com a ajuda dos franceses, dos sardenhos e dos otomanos, os britânicos impuseram uma dura derrota ao Império, com pesadas reparações de guerra exigidas pelos vencedores (MATOS BARBOZA, 2018).

Com desgastes profundos internos e a obsoleta economia russa durante o regime imperial, em consonância com a manutenção da Rússia na Grande Guerra, se alastrou na população um sentimento de mudança e de ódio ao Czar Nicolau II e seus subalternos. Devido a isso, em 1917 eclodiu a Revolução Russa, que inicialmente, instaurou uma Monarquia Constitucional, sob o comando de Kerensky (do partido Menchevique – minoria –) em concordância com os aliados da Entente, mas que, manteve o país na Guerra com a Tríplice Aliança.

Devido a esse fato, os Bolcheviques (maioria) derrubaram o governo de Kerensky, destronaram de vez Nicolau II (decapitando ele e toda sua família), retiraram a Rússia da Guerra, causando perdas territoriais e financeiras sem precedentes para os russos, como a perda dos países Bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia – e demais territórios (como a Ucrânia e Bielorrússia, além de territórios na Ásia Central), e instauraram um novo governo, de viés opositor ao regime econômico da época, o Capitalismo. Influenciado pelos ideais teóricos de Karl Mark e Friedrich Engels, Vladimir Ilych Ulianov, conhecido como “Lênin”, se torna o governante da primeira nação do mundo a ser conduzida por ideais socialistas.

3.2 Do fim da obsoleta Rússia Imperial ao fim da obsoleta URSS

Após o Tratado de Versalhes, em 1919, a Rússia Soviética retomou as terras ucranianas, além da Crimeia. Sob o comando de Joseph Stalin, houve o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), um Estado de cerca de mais de 22 milhões de quilômetros quadrados, abrigando um mosaico de povos e Repúblicas, que se coexistiam, sob a centralização de Moscou. Após a Segunda Guerra, com o objetivo de “hegemonizar” a Crimeia, Stalin, o governante de “mão de ferro”, deportou milhares de tártaros e não-ucranianos – sob o pretexto de que os tártaros haviam traído o regime –, levando milhares de russos para ‘povoarem’ a região. Os tártaros foram acusados de

trabalharem com o regime nazista quando Hitler ocupou a parte ocidental da URSS. Em 1954, Nikita Krushev, terceiro dirigente dos soviéticos, cedeu a Crimeia para a República Socialista Soviética Ucraniana para, assim, tentar conter o expansivo movimento nacionalista ucraniano, ao mesmo tempo em que criava um isolamento para a Ucrânia dentro do círculo de Repúblicas Soviéticas que estavam se opondo ao regime de Moscou (MATOS BARBOZA, 2018).

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ou mesmo União Soviética, sofreu grandes crises de fome e crises econômicas para se tornar a maior nação do planeta em tamanho e, por conseguinte, rivalizou com os Estados Unidos (EUA) o comando do mundo até o ano de 1991, quando a ala regressista do Partido Socialista Soviético tentou dar um golpe de Estado em Mikhail Gorbachev, desencadeando uma série de ações que culminam com o fim do regime soviético, desmembrando-se em vários Estados independentes e colocando fim no período da Guerra Fria.

A queda do poder central de Moscou foi crucial para que vários Estados, como a Bielorrússia, Estônia, Letônia, Lituânia e também a Ucrânia, conseguissem sua independência e comesçassem a trilhar seu próprio caminho. Na antiga capital soviética e atual capital russa, pairava o caos. A herdeira da URSS, a agora Federação Russa, sob o comando de Boris Yeltsin, grande apoiador do Ocidente, sentia os efeitos da mudança brusca de regime. Crises econômicas constantes durante todo seu governo, fome devastando a população, além de uma política externa conformista com a ‘onipotência’ dos Estados Unidos.

A Rússia teve de lidar com perdas terríveis após o regime ter sido derrubado: perdeu países ‘satélite’ na Europa e na Ásia, mais de um quarto do seu território fora perdido e metade da população soviética tinha debandado, além de que perdeu poder e prestígio no cenário internacional. Boris Yeltsin ainda veio para originar uma série de privatizações desenfreadas, em uma economia que até uma década atrás era toda centralizada e estatizada. Enfraqueceu a posição do país no Sistema Internacional, tendo que ceder em várias questões internacionais a favor de Estados Unidos e Europa, além de que enfraqueceu literalmente o Estado, transformando a Rússia em um país ladeado de anarquia e desordem. Com isso, houve uma volta do sentimento patriótico russo e o clamor por um líder forte e que pudesse recuperar o esplendor e a honradez que o povo merecia (SPERANCETE, 2017).

Diante de todo esse caos, tanto de fatores externos, quanto fatores internos (governo ‘colaboracionista’ de Yeltsin com o Ocidente), surge na política russa um novo

e importante jogador: Vladimir Vladimirovich Putin, um ex-agente da finada KGB, atual FSB (Federal Service Bureau), que conquista o poder da Rússia no ano de 2000, com o objetivo de corrigir os erros de seus antecessores e trazer de volta a glória do poder russo (SPERANCETE, 2017).

3.3 Putin: O 'salvador' da Mãe Rússia

Vladimir Putin, doutor em Economia, já foi chefe da então KGB e chegou ao poder em um momento em que o agravamento das crises política, econômica e social estavam afetando muito a Rússia e o seu povo. Começou sua carreira política em São Petersburgo, nos anos 1980, sendo assessor do então prefeito da cidade. Na FSB, governou com mãos de ferro até que fora convidado pelo então presidente russo, Boris Yeltsin, a ser seu primeiro-ministro, no ano de 1999. No comando do Gabinete, Putin foi sentindo a enorme recepção popular a suas medidas, devido ao fato de serem 'patrióticas' e de trazer de volta o sentimento de grandiosidade que a Mãe Rússia devidamente merece. Ele assumiu o poder em conjunto com seu partido, o "Rússia Unida", e já iniciou um robusto pacote de medidas patrióticas: nacionaliza empresas dos setores de gás, petróleo, industrial, midiático, aeronáutico, bélico e de energia, setores considerados 'estratégicos' para ele. Declarou 'guerra' aos bilionários que lucraram com o esfacelamento do Estado soviético, tomando seus bens, e muitas vezes mandando-os para a cadeia ou mesmo os assassinando. Tomou mais uma série de iniciativas para garantir a todos os russos um bem-estar e tornar o Estado um garantidor desses direitos: educação gratuita e de qualidade, saúde, moradia gratuita, alimentação subsidiada, políticas de pleno emprego foram tomadas, além de que trouxe o acesso plural à cultura para os russos (SPERANCETE, 2017).

Devido a essas e outras medidas tomadas por Putin e seus partidários, o novo milênio já começava a dar frutos para a Rússia: retomada do crescimento econômico, com estabilidade e verticalização política, além de uma reorganização e aumento dos gastos com material bélico nacional. Engajou no Sistema Internacional com posturas mais assertivas e desafiadoras, tomando cada vez mais frações do espaço que foi perdido desde 1991. Estabeleceu-se um projeto ambicioso de grande potência, na qual se faz 'necessária' a dominância de Estados vizinhos, a fim de legitimar a força e a influência da nação russa (QUADROS e MACHADO, 2015).

Em uma de suas várias medidas, sendo considerada o pontapé para o ressurgimento do ideário nacionalista, foi trazer o conceito de “cidadão” os dois tipos de povos existentes no país: os *Russkii* e os *Rossiyanin*, sendo os primeiros, russos étnicos, nascidos de mãe e pai russos, e os segundos, quaisquer cidadãos que viviam no seio da Mãe Rússia, não precisando ser russos étnicos. Com essa política, Putin prometeu zelar pela proteção e pelo bem-estar a quaisquer russkii e rossiyanin existentes, dentro e fora do território de origem, vindo a legitimar ações militares em territórios estrangeiros e também em regiões internas que têm um histórico de insubordinação a Moscou, como na Chechênia. O Estado se tornou forte e esmagador de revoltas, principalmente com os chechenos que aplicaram ondas sucessivas de ataques terroristas por toda a Federação nos anos 1990. Putin projetou o seu conceito de nacionalismo para além da Rússia, atingindo Estados da Europa Oriental, doravante tocados, direta ou indiretamente pela influência dos russos (SPERANCETE, 2017).

3.4 Alguns dos Motivos pelos quais a Política da Rússia é subitamente ‘hard power’ com seus vizinhos

Muitos dos motivos de Putin ou de qualquer outro grande governante russo pelo controle de Estados vizinhos esbarra na própria segurança nacional. A geografia territorial da Rússia a deixa vulnerável a ataques com o intuito de bloquear seu acesso aos oceanos e mesmo aos mares. Seu único acesso seguro aos mares e oceanos é através do congelado Oceano Ártico. O acesso ao Mar Negro e ao Estreito de Bósforo se esbarram no controle de Estados europeus, como a Turquia que, facilmente pode cortar o acesso russo a esse estreito. No norte, onde se encontra o Mar Báltico, existe a passagem através de águas dinamarquesas, que também podem ser facilmente fechadas. E mesmo pelo Oceano Ártico, os russos esbarram em águas controladas por Groenlândia, Islândia e mesmo o Reino Unido. Outro ponto complicado é o fato de a maioria esmagadora da população russa se residir na porção oeste, onde se encontram as áreas mais produtivas e ricas do país, graças também a condições geográficas (o relevo e os principais e férteis rios estão nessa porção do território), deixando o leste do território como uma região congelada, em suma maioria, e sem fertilidade (MATOS BARBOZA, 2018).

Com isso, as regiões oeste e sul se tornam o coração vital e pulsante da Mãe Rússia. Se isso não basta, há também a questão de que o território situa na planície europeia, sem barreiras naturais para que consiga bloquear um potencial inimigo vindo

da Europa. Nos Cárpatos, há mais planície abrindo uma porta bastante robusta em direção aos russos. Esses fatores explicam a necessidade russa de mover suas fronteiras mais para o Oeste, de modo a proporcionar mais bloqueios geográficos para sua defesa interna e também mais terras férteis propícias para um maior expansionismo econômico (MATOS BARBOZA, 2018).

Talvez o motivo mais ameaçador seja a expansão da aliança militar do Ocidente. A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) está em expansão constante para o Leste, já abrigando Polônia e Bulgária, mas também as três repúblicas do Mar Báltico: Estônia, Letônia e Lituânia, que aderiram à mesma em 2004. Os russos consideram tal ação um disparate, pois, com esses Estados vizinhos membros da OTAN, teoricamente disponibilizariam seus territórios para o apontamento de mísseis, jatos de combate e até mesmo um cerco furtivo nas fronteiras com Rússia (FREIRE, 2008).

3.5 Relações Moscou-UE: Como as expansões de um atrapalha a segurança do outro

O fim do bloco soviético transformou a Rússia no maior vizinho dos países da União Europeia (UE), e também o mais importante, somando-se a isso o fato de que essa vizinhança trouxe às duas as mesmas ameaças e os mesmos problemas para ambas resolverem em conjunto. Os russos nutrem um sentimento de humilhação por terem perdido a União Soviética, atribuem grande parte da culpa aos Ocidentais e seu desenvolvimento ‘forçado’ que obrigou a URSS a acompanhar e ir se destruindo com o processo. Putin vem abrir o século XXI olhando pelo lado realista para levar a cabo seus interesses nacionalistas e de segurança e defesa. O próprio Putin vem denunciando que a queda soviética foi a maior perda para a Humanidade no século XX (GOMES, 2018).

Os europeus entendem a Rússia de a partir do ano de 2000 como uma nação sedenta por poder e para reconquistar o que lhe foi perdido com o fim da Guerra Fria. Exemplos disso são a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), a União Econômica Eurasiática (UEE), além da mesma se aproveitar da fraqueza econômica e energética dos antigos Estados soviéticos (GOMES, 2018).

Do lado europeu, as relações com a Rússia são de ‘prioridade estratégica’, devido ao fato de os russos serem o vizinho com maior quantidade de terras fronteiriças, além de que detém quase o dobro do tamanho de toda a Europa Continental, fazendo com que seja o vizinho mais importante de todos. Os europeus são a maior fonte de comércio para os russos, e os mesmos são a quinta maior força nas relações comerciais com a Europa.

Moscou controla uma boa parte dos recursos energéticos de que os europeus necessitam, como gás e petróleo, fazendo com que a mesma tenha peso nas relações com a UE. Ambas também compartilham os mesmos problemas, como o terrorismo abrangente e sem fronteiras, e a proliferação das armas nucleares pelo mundo (ALMEIDA, 2008).

No ano de 2004, a União Europeia deu o seu maior passo para a expansão rumo aos vizinhos dos russos: aceita, de uma só vez, República Checa, Estônia, Letônia, Lituânia, Chipre, Hungria, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia dentro do bloco. Os europeus estavam achando que Moscou encararia essa expansão – sem uso de força ou de coerção – de forma diplomática, amistosa e sem grandes problemas. Porém, o contrário foi o que ocorreu: os russos encararam esse gesto como um desafio de Bruxelas aos seus interesses geopolíticos. O bloco europeu se dava conta de que era necessário exportar seu modelo de democracia estável e próspera a todos os que tivessem alguma ligação, seja comercial ou política, para, assim, se precaver de qualquer perigo à sua segurança. Mas também não enxergava que sua expansão afetava os interesses sanitários de sua vizinha, a Rússia, e que, quando um aumenta seu poder, o outro diminuirá. Devido a essa política de alargamento da União Europeia, Moscou passou a tomar atitudes consideradas mais ‘agressivas’, como é o caso da guerra na Geórgia, devido a mesma tomar interesse pela ocidentalização e pela adesão não só à UE, mas também à Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN (GOMES, 2018).

A Guerra da Geórgia se iniciou devido a profundas desavenças com os russos, que remontam a meados do século XX. Os georgianos enfrentavam ondas separatistas nas regiões da Abecásia e da Ossétia do Sul, que fazem com que Rússia e Geórgia, além de Ossétia do Sul e a do Norte, assinem um cessar-fogo e criem uma Comissão Conjunta de Controle. Porém, no ano de 2008, a situação na província da Ossétia do Sul piora, levando o governo de Tbilisi a anunciar intervenção armada para conter os revoltosos, em 8 de agosto. Dois dias após, a Rússia enviou tropas para além da fronteira nacional, em defesa dos ossetas e dos russos que viviam na Ossétia do Sul. Um dia depois, a Geórgia rapidamente retira suas tropas da província, mas a Rússia mantém suas forças, alegando “manutenção da paz”. Poucos dias depois, mesmo com um novo cessar-fogo entre as partes, Dmitri Medvedev, então presidente da Federação Russa, anunciou que reconhece a independência da Ossétia do Sul e da Abecásia e convidou os demais Estados mundiais a fazerem o mesmo, afrontando diretamente os Estados Unidos e a OTAN (SOARES, 2008).

A expansão da OTAN se tornou uma imensa preocupação para militares e políticos russos das mais diversas orientações partidárias. Graças a essa expansão da aliança militar do Ocidente, a Rússia mudou sua mentalidade e sua doutrina militar a partir dos anos 2000. Fez a mesma pensar em utilizar de seu arsenal nuclear, caso necessário, a fim de sobreviver caso não consiga suportar um ataque de caráter convencional (ZHEBIT, 2003).

Com a aliança militar do Ocidente se expandindo para o leste europeu, há o perigo de que tais movimentações afetem muito diretamente os Estados da Bielorrússia e da Ucrânia, devido ao fato de os mesmos ficarem muito próximas do centro que divide União Europeia e Rússia. Por isso, os dois Estados receiam bastante no que tange escolher um lado, por preferirem contrabalancear com as duas potências, a fim de manterem resguardadas sua segurança. Caso um decida por um só lado, o outro poderá retaliar, o que veremos com o caso ucraniano (MIELNICZUK, 2006).

Alguns autores consideram que a Crise da Geórgia em 2008 foi dada como um 'aviso' aos europeus de que não só a Rússia estava incomodada com tamanha expansão, mas também que em uma outra eventual interferência europeia em sua região de influência poderia significar que haveria consequências muito piores. Além do fato de que o conflito georgiano também serviu de alerta para os demais vizinhos ex-satélites soviéticos: caso pefiram o Ocidente, sentirão que a Rússia irá reagir. Como resultado da reação russa, no lançamento da Parceria Oriental, que a União Europeia tentou buscar com países como Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia, os europeus não deram nenhuma garantia aos participantes de que haveria a promessa a eles de uma futura adesão à UE (GOMES, 2018).

4. Ucrânia: De maior aliada dentro da URSS a profunda inimiga da Rússia

Os ucranianos, povo que também compete com a Rússia e com a Bielorrússia o posto de herdeira da antiga Rússia de Kiev, sofreram desde o começo de sua existência com invasões e anexações de seu território. Até o ano de 1991, nunca tiveram um território único e uniforme para se constituírem como uma nação soberana. No século XIV, o Grão-Ducado da Polônia invade e conquista parte do povo ucraniano. Após trezentos anos de domínio polonês, foi a vez do domínio dos austríacos e dos russos que, em meados do século XVIII, aproveitando da fraqueza polonesa, dividiram o território entre ambas, sendo que cada parte do território dominado sucumbiu a uma cultura e

religião diferentes: a parte correspondente ao Império Russo se assemelhou aos ditames e costumes dos russos e da Igreja Ortodoxa Russa, já a parte controlada pelo Império Austríaco sucumbiu ao poder da Igreja Católica Romana e de seus costumes (MATOS BARBOZA, 2018; LUNKES e PINTO, 2014).

Comandados pelos czares russos, os ucranianos participaram das guerras oriundas com potências europeias, desde a Grã-Bretanha e França, até o Império Otomano. Com o fim do regime imperial russo e com o desmantelamento do Império Austro-Húngaro, após as negociações e a saída russa da Grande Guerra, em 1917, os ucranianos acharam que desta vez iriam constituir em um Estado nacional soberano. Porém, a porção oeste da atual Ucrânia foi para os poloneses, sendo que a parte central e a do leste, seguiu a Revolução Bolchevique, se tornando uma República Socialista Soviética que, cinco anos depois, em 1922, seria novamente anexada ao território soviético, para formar a URSS (MATOS BARBOZA, 2018).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, entre Estados Unidos e União Soviética, se tornou um uma República Socialista Soviética da última, juntamente com países como Azerbaijão, Letônia, Estônia, Geórgia e outras. Foi neste momento que os ucranianos finalmente puderam se reunir em um só território. Como já explicitado antes, a entrega da Crimeia aos ucranianos por Gorbachev foi uma reação para acalmar os ânimos nacionalistas desse povo, dando a eles mais territórios, mas também um isolamento dentro do espaço soviético àquelas Repúblicas que estavam em meios de se oporem à Moscou (MATOS BARBOZA, 2018; LUNKES e PINTO, 2014).

Quando houve a implosão da URSS, em 1991, finalmente a Ucrânia ressurgiu como um Estado soberano e independente, com espaço e povo próprio, no qual este mesmo toma as rédeas para propiciar um futuro para os ucranianos vindouros. Porém, se tornou um Estado-tampão para a garantia da segurança territorial da Federação Russa, que considera ucranianos e bielorrussos um povo único, em conjunto com os russos. Também com a independência, a Ucrânia busca, em suma, se desvincular das tradições e ditames russos, procurando obter uma identidade única e nova, mas gerando profundos ressentimentos com sua ‘irmã mais velha’, a Rússia (GOMES, 2018; LUNKES e PINTO, 2014).

Mas essa euforia nacionalista acabou por acarretar em um período de profunda recessão econômica, além de constantes instabilidades políticas e ‘revoluções’ como a Revolução Laranja, de 2004. Essa revolução se iniciou com a disputa pela presidência por Viktor Yushchenko, mais pró-Occidente e um crítico ferrenho da Rússia, e por Viktor

Yanukovich, mais pró-Rússia e cauteloso quanto a ações de aprofundamento da relação com os europeus. Quando o resultado das urnas alegou vitória apertada para Yanukovich, Yushchenko e seus demais partidários alegaram fraude, houve protestos pelo país até que decidiram pela realização de uma nova eleição entre os mesmos. Quando o resultado saiu, alegando vitória para Yushchenko, as revoltas cessaram. Como uma medida retaliativa, em 2006, a Rússia corta o fornecimento de gás para os ucranianos, alegando que eles não estavam pagando as já enormes dívidas com o gás natural russo (MATOS BARBOZA, 2018).

No decorrer do conflito georgiano, em 2008, a Ucrânia de Viktor Yushchenko tomou uma posição totalmente favorável à Geórgia e condenou veemente a atuação russa, o que contribuiu ainda mais para o esfacelamento das relações entre as duas ‘irmãs’. Como represália às condenações ucranianas às ações russas, navios da Armada moscovita ancoraram nos portos da cidade de Sebastopol, com quem a Ucrânia tem acordo de cessão dos portos para a Rússia (DUBOVYK, 2008).

No ano de 2009, houve mais um corte de gás natural por falta de pagamento de dívidas, levando vários países europeus à escassez do produto em seus territórios. Um pouco mais tarde, em 2010, Yanukovich consegue finalmente vencer a disputa presidencial, desta vez de forma definitiva (MATOS BARBOZA, 2018).

Na seção seguinte, veremos como a questão de expansão europeia, mesmo com o alerta russo na Geórgia, em 2008, faz com que a Rússia seja obrigada a tomar parte do território ucraniano, como medida extrema e reacionária às expansões do Ocidente no que convém chamar de seu ‘quintal’.

5. A Crise Ucraniana e seus desdobramentos perante o Sistema Internacional

5.1 O Prelúdio da Crise: A falta de dinheiro em caixa e o presidente sob uma ‘faca de dois gumes’

A Ucrânia, como nação independente e soberana, procurou servir de intermediário entre as potências vizinhas, procurando barganhar e tentar levar o melhor acordo. Fez isso tanto com a Rússia, quanto com os europeus. Em fins dos anos 1990, com a queda do socialismo e a transição recente (transição essa que gerou muitas crises econômicas) para a economia de mercado, os ucranianos, descontentes com os índices de crescimento econômico e social, deram uma guinada pró-Rússia. Mais tarde, com o governo Kuchma

sob constante insatisfação popular, gerando o estopim para a Revolução Laranja, os ucranianos elegeram Viktor Yushchenko, mais voltado para o Ocidente. Novamente, o pêndulo volta para o lado russo, com a eleição de Viktor Yanukovich, em 2010, graças à crescente insatisfação popular com os rumos seguidos por Yushchenko e devido também à inércia europeia para com os anseios da Ucrânia (MIELNICZUK, 2014).

Porém, em 2013, a situação no país estava insustentável. Yanukovich foi incapaz de reduzir a corrupção (que só aumentava), além de não manter a máquina pública funcionando corretamente. Ocorreu que a situação socioeconômica nacional estava um caos, o endividamento com os russos estava em níveis alarmantes, além do mais o presidente havia contraído mais empréstimos com fundos estrangeiros. O estopim da crise foi marcado pelo ato do presidente de recusar um Acordo de Livre-Comércio com a União Europeia (etapa inicial para garantir a candidatura ucraniana na UE e na OTAN) para aprovar um Acordo de União Aduaneira com a Rússia, o Cazaquistão e a Bielorrússia, para mais futuramente, formarem, juntos, a União Econômica Eurasiática (POMERANZ, 2014).

5.2 A Radicalização dos Manifestantes e a Queda do Governo Eleito

O Acordo de Livre Comércio com a União Europeia previa uma série de exigências, como a redução imediata das tarifas de importação, ao mesmo tempo em que as tarifas de exportação deveriam ser reduzidas gradativamente até o fim do contrato estipulado. Isso poderia levar muitos anos. Já o Acordo de União Aduaneira com os russos vinha embutido com a compra pela Rússia de 15 bilhões de euros da dívida pública ucraniana, mais uma redução imediata de 30% do preço do gás russo vendido à Ucrânia. Pode ter sido ‘má opção’ um acordo com a Rússia, mas esse acordo era o mais vantajoso para os ucranianos, pelo menos no curto prazo. Conforme a decisão de Yanukovich de priorizar os russos, vários manifestantes pró-Europa se reuniram na Praça Maidan, o que ficou sendo chamado de ‘Movimento Euromaidan’ (POMERANZ, 2014).

Com manifestações bem organizadas e capazes de suportar a população descontente na Praça por um bom tempo, os revoltosos conseguiram paralisar comércios, vias e até mesmo ocuparam prédios do governo. Temendo um aumento das manifestações, o presidente ucraniano pede intermediação estrangeira. Com isso, Polônia, Alemanha e França sentam com ambas as partes e negociam termos de um Acordo para restaurar a ordem. Conforme o acordo, haveria a libertação dos manifestantes presos, uma

diminuição dos poderes presidenciais, sendo transferidos para o Primeiro-Ministro e para a Rada (Parlamento), uma ampla reforma na Constituição do país e ainda eleições gerais antecipadas (POMERANZ, 2014).

Só que o Acordo não foi bem visto por partidários da direita extrema, que queriam o fim nas relações russo-ucranianas. Dmitri Yarosh, líder de extrema-direita, foi acusado de comandar uma intensa revolta, junto com o assassinato de cerca de cem pessoas, dentre eles civis e policiais. Diante da gravidade do que a crise se tornou, Yanukovich fugiu do país, de madrugada, deixando vago o cargo máximo do Executivo no país. A partir de tal acontecimento, a Rada ucraniana depõe o presidente Yanukovich em fevereiro de 2014, gerando ainda mais tensões. O governo provisório, considerado ‘golpista’ pela Rússia e seus aliados, fora imediatamente reconhecido pelo governo de Barack Obama. Em retaliação, a Rússia entrou no jogo, enviando tropas de defesa para seus portos em Sebastopol, com o intuito tanto de proteger os russófonos da Crimeia quanto para proteger seus únicos portos nas águas quentes que dão acesso à Europa, África e Oriente Médio (POMERANZ, 2014).

Como uma ‘tréplica’, o governo provisório banuiu o idioma russo como língua oficial da Ucrânia. Em reação, toda a região de falantes de russo na Ucrânia se revoltou contra o governo provisório e com seu sentimento anti-Rússia, alegando o viés ‘fascista’ e xenofóbico. Grandes manifestações foram surgindo em meio ao caos, sobretudo na Crimeia, região essa que, vendo a situação de ‘desgoverno’ e de crescente insatisfação com os rumos que a Ucrânia estava tomando, como uma região autônoma e com um Parlamento e Leis próprias, resolve se desmembrar da Ucrânia e realizar um referendo sobre sua incorporação pela Rússia. Os russos deslumbraram com a ‘iniciativa’ e prometeram resguardar a península no caso de uma invasão ucraniana (POMERANZ, 2014).

5.3 A Crimeia: Contexto Histórico, o Referendo de 2014 e sua Posterior Anexação pela Rússia

A República Autônoma da Crimeia, até então território da Ucrânia, é uma porção de terra que se estende pelo Mar Negro e pelo Mar de Azov. Com um tamanho de 26.200 km², liga-se à Ucrânia pelo istmo de Perokop. Tem portos e baías maravilhosas, além de muitos pontos turísticos. Já foi ‘colonizada’ por gregos, otomanos, genoveses, russos, o que torna a península um mosaico de arte e de história. Com cerca de 2.033.736

habitantes, (dados de 2001), tem sua população de maioria russa (58,3%), seguidos pelos ucranianos (24,3%) e pelos tártaros da Crimeia (13%), a até então região autônoma decidiu pelo fim da união com a Ucrânia e se tornar um território russo, seguindo os acontecimentos subsequentes à Crise Ucraniana e à agressividade com que o governo provisório estava tratando os opositores ao regime de Kiev. Para tanto, seguiram os acontecimentos que desencadearão a secessão crimeana e à sua incorporação à Rússia (CASTRO, 2014).

Em 28 de fevereiro de 2014, todos os aeroportos de Simferopol (a capital da Crimeia) foram ocupados por forças militares sem identificação. Ainda no dia 28, foi anunciado manobras militares russas no Mar Negro, a fim de proteger a população crimeana de ‘forças terroristas. No dia 16 de março, a votação que decidiu o destino da Crimeia aconteceu sob forte presença de forças militares de autodefesa. Com mais de 80% de comparecimento, a incorporação à Rússia ganhou quase que unanimemente, com mais de 95% dos votos válidos. Seguindo o rito, os crimeanos anunciaram sua secessão da Ucrânia e solicitaram incorporação à Federação Russa. Em 21 de Março, cinco dias após o Referendo, o Parlamento russo aprovou a anexação da Crimeia e a mesma se torna, oficialmente, uma República integrante da Federação Russa (CASTRO, 2014; POMERANZ, 2014).

Os governos ocidentais repudiaram veemente a anexação e acusaram a Rússia de violar as leis internacionais. Os russos questionaram a política de “duplo padrão diplomático” utilizado pelos europeus e norte-americanos, citando, como exemplo, os casos do Kosovo e da Iugoslávia. Os ocidentais, então, convocaram a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para intervir na crise e gerar uma solução. Países como Canadá queriam que fosse aprovada uma resolução que condenasse a anexação. Foi aprovada com 100 votos, porém, com efeitos quase nulos, não surtiu muito dano aos russos, que comandavam a maior parte das importações energéticas europeias. Os russos provêm aos europeus cerca de 25% da demanda de gás natural. É tamanha a dependência dos países da OTAN com os russos que não seria estranho as resoluções da ONU se tornarem quase nulas, ou mesmo que as sanções econômicas europeias sejam dadas de modo tão cauteloso (CASTRO, 2014; POMERANZ, 2014).

5.4 A Reação do Ocidente e Revoltas em Mais Regiões da Ucrânia

O Ocidente, dividido, se reuniu na reunião do Grupo dos Sete (Antigo G8) para adotarem uma reação conjunta à intervenção russa na Ucrânia: criticaram o referendo da Crimeia, dizendo que o mesmo violava as leis ucranianas, além de condenarem os russos pela questão da anexação, considerada ilegal; resolveram impor uma série de sanções econômicas aos russos, de modo a criar um impacto profundo na economia; veio a suspensão da Rússia dos encontros do G8, agora voltando a ser o G7; insistiram que Moscou deveria dialogar com os ucranianos, de modo a diminuir a escalada de tensão e uma provável debandada de mais regiões para o lado russo; consideravam as medidas que o Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs à Ucrânia ‘corretas e de liderança’. Porém, os europeus e norte-americanos acabaram por criar mais motivos para uma incursão em outras regiões no leste da Ucrânia (POMERANZ, 2014).

As regiões leste e sul, usuárias do idioma russo e de fortes raízes com a Rússia, se sentiam oprimidas pelo regime de Kiev. Durante o regime soviético, Stalin iniciou um ambicioso processo de ‘russificação’ em repúblicas dentro da URSS, com o intuito de hegemonizar o país e diminuir os índices de revoltas. Esse plano consistia em expropriar médias e pequenas propriedades privadas, com o intuito de “coletivizar a agricultura”, mas que gerou uma onda de mortes, tanto dos camponeses que resistiam às ordens de Moscou, sendo reprimidos pelo temível Exército Vermelho de Stalin, quanto daqueles camponeses que não conseguiram se adaptar, gerando mais de cinco milhões de mortes, só no lado ucraniano, se tornando um verdadeiro genocídio. Quando não haviam mais camponeses nativos em regime de produção ativa, Stalin ordenou que habitantes russos ‘colonizassem’ as regiões com escassez de mão-de-obra. E isso ocorreu na Polônia, Bielorrússia e, em escala maior na Ucrânia (FRANÇA, 2014) (POMERANZ, 2014).

Quando houve a secessão da Crimeia, a região de Donetsk decidiu se separar do resto da Ucrânia. Os novos dirigentes da autoproclamada República chegaram a marcar um referendo para legitimar a decisão. Em sequência, foi a vez de Luhansk decretar sua independência, como a autoproclamada República Popular de Luhansk. Com isso, os ocidentais estavam acusando a Rússia não só de incitar os revoltosos, mas também de ajudá-los com suprimentos militares e pessoal russo. Para tanto, se baseavam na decisão russa de colocar tropas na fronteira da Ucrânia, reforçar o efetivo militar nas áreas do Mar Negro e de apoiar a derrubada, pelos manifestantes, de veículos aéreos pertencentes ao exército da Ucrânia. O mesmo pessoal que acusava os russos de se preparar para uma

‘guerra’ evidenciaram, a partir de dados de Alemanha, Suíça, Letônia, Bélgica, França e da própria Ucrânia, que a Rússia não estava criando condições para atacar os ucranianos (POMERANZ, 2014).

As manifestações no leste ucraniano continuaram, depois que divergências sobre as eleições presidenciais de março colocarem em risco a reforma Constitucional, que deveria federalizar o país, dando maior autonomia a essas regiões russófonas. Com a piora das tensões internas, o governo provisório começou a reprimi-las de forma dura e sem escrúpulo: usou destacamentos militares, principalmente os do Setor da Direita (divisão radical do Exército ucraniano), já que boa parte do efetivo do Exército ucraniano tinha debandado para se juntar aos revoltosos, com a finalidade de reduzir o poder dos manifestantes (POMERANZ, 2014).

Para tanto, entravam em choque com os revoltosos, jogando coquetéis molotov dentro das sedes administrativas das Repúblicas autoproclamadas, ferindo e matando dezenas de pessoas – incluindo civis. O Setor de Direita não tinha piedade e massacrava todo e qualquer um que estivesse em conluio com os russófonos. Devido a esses e outros fatores, o próprio Putin pediu que os referendos nas autoproclamadas Repúblicas fossem adiados, assim como a tentativa de secessão. Porém, o pedido de Putin não foi ouvido e os referendos foram realizados, confirmando e legitimando a independência das mesmas do controle de Kiev (POMERANZ, 2014).

Os Estados Unidos entraram na crise, buscando um apaziguamento das tensões entre Rússia e Ucrânia. Com isso, os três Estados se reuniram em Genebra para acordarem o seguinte: o governo provisório deveria parar de incitar mais violência e deixar o lado extremista; os militares da Ucrânia deveriam ser desarmados, focando o país na decisão da reforma na Constituição. A decisão trilateral não teve efeito devido ao fato de que o governo provisório, sedento pelo poder, estava reprimindo sem dó sua oposição e os revoltosos e sua exigência descabida de fazer com que os rebeldes se rendessem incondicionalmente. Com isso, a Guerra Civil ficou mais forte, deixando vários mortos e feridos de ambos os lados (POMERANZ, 2014).

Após a confirmação e a realização das eleições presidenciais, dando vitória a Petro Poroshenko, houve uma diminuição das hostilidades, que se seguiu a um pífio referendo, em que os pró-europeus ganharam por maioria esmagadora, devido ao fato de que as Repúblicas de Donetsk e Luhansk não participaram do pleito. Dentre o resultado do referendo, se decidiu que: a Ucrânia deve se integrar à União Europeia (52, 3%); terá apenas um idioma oficial, e ele será o *ucraniano* (65,5%); e continuará sendo um Estado

Unitário (73,4%), ao contrário da ideia de federalização para dar mais autonomia para o Leste. Poroshenko iniciou seu mandato como presidente da Ucrânia, projetando armar uma nova Guarda Nacional, destinada a proteger o território de ‘combatentes terroristas’, iniciou uma ampla série de reformas para melhorar as condições financeiras e econômicas nacionais, visando acalmar a população. Porém, se esbarrava na tentativa de desestabilização causada pela Rússia, pelo fato de a mesma posicionar cada vez mais tropas em sua fronteira (POMERANZ, 2014) (DIAS, 2015).

6. Conclusão

A Rússia busca se manter viva no Sistema Internacional. Para tanto, vimos que ela não tem saída direta para os Oceanos, sempre dependendo de alguma nação potencialmente rival aos seus interesses, sendo Turquia, Estados Bálticos e mesmo Reino Unido. Sua população, por se concentrar mais nas regiões a oeste, propicia maiores riscos de sofrerem com uma invasão de países ocidentais. Seu povo sofreu muito com guerras, fome e mesmo com crises econômicas. Apenas na Segunda Guerra Mundial, a então União Soviética perdeu mais de vinte milhões de vidas, além de que os nazistas deixaram o território soviético ocupado totalmente devastado.

Os russos são um povo forte que não aceitam intervenções externas em seu território e em suas aspirações. Não deixam de demonstrar sua força mesmo que possa trazer consequências futuras. O imperialismo está enraizado no seu povo e em suas decisões. É algo que se tornou natural e, de certa forma, vital para sua sobrevivência. Com russófonos em vários Estados fronteiriços, busca uma hegemonia que talvez seja difícil de concretizar no século XXI, devido ao fato de os Estados Unidos estarem agindo fortemente para dismantelar o poder russo, pouco a pouco. Vimos também os motivos que ligam Rússia e Ucrânia e o porquê de a primeira considerar a segunda como parte de si.

Pudemos penetrar por relatos mais detalhados da Crise Ucraniana justamente para podermos captar, na prática, as ações retaliativas (com caráter imperialista hegemônico) da Rússia e como a mesma consegue sempre métodos para retaliar governos que se opõem a ela. Não é diferente dos estadunidenses, mas no que tange o Sistema Internacional, “o mais forte tem sempre a razão”. Em relação à Crise na Ucrânia em 2013-2014, foi inesperado e, de certo modo, angustiante o fato de a Rússia ter anexado um território que era parte da Ucrânia, além do fato de que o povo da Crimeia sequer reagiu aos russos,

concretizando a hegemonia que os russos tanto queriam desde o período de ‘colonização’ dos russos à regiões fronteiriças. Com Putin, o nacionalismo russo ressurgiu e é exaltado de uma forma sem precedentes. As decisões afrontosas de Putin para com o Ocidente são deveras apoiadas e agraciadas pela maioria absoluta dos russos, legitimando as ações imperialistas de Moscou.

Como presidente da Rússia, Vladimir busca trazer a glória do seu povo, perdida com a precarização e implosão soviética, mas que agora conta com inimigos por todos os cantos. Um deles é a OTAN, aliança ocidental que está buscando fronteiras mais perto dos russos. Os europeus que, em suma maioria pertencem à aliança ocidental, também sentem as consequências de entrar em conflito com os russos, pois sabem que os mesmos são sua maior exportadora de energia e sofrem quando entram em tensão com seu vizinho no Oriente. A União Europeia buscou ampliar seus ‘tentáculos’ para o Leste, mas acabou que ocasionou uma Guerra Civil na Ucrânia (mas não só nela: tivemos o exemplo da Geórgia de 2008), que acabou por piorar a situação de vida dos ucranianos, sem dizer que as tensões foram tantas que reduziram em muito as relações diplomáticas com Moscou, trazendo temores de receios advindos da Guerra Fria.

A Crise que assolou a Ucrânia no biênio 2013-2014, mesmo que atenuada nos dias de hoje, ainda vai se manter viva na memória daqueles que perderam entes queridos com uma guerra civil orquestrada por potências externas que buscam aumentarem seus poderes dentro do território ucraniano. Por fim, não há saída pacífica enquanto as duas principais potências, Rússia e União Europeia, não souberem coexistir pacificamente. Conforme vimos anteriormente, quanto mais uma das duas estiver crescendo, a outra, de uma forma ou outra, irá reagir a esse crescimento, caso contrário, ela irá sucumbir ao final. No momento em que União Europeia e Rússia respeitarem os espaços uma da outra e poderem se movimentarem com segurança e estabilidade no jogo de poder global, os Estados que as rodeiam poderão conseguir também a estabilidade e a segurança que tanto almejam para si e para seu povo.

7. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, João Marques de. A União Europeia e a Rússia após a Crise da Geórgia. O Fim do Paradigma do “Pós-Guerra Fria”. **Revista Relações Internacionais** n° 20 pp17-29. ISSN: 1645-9199. Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992008000300002>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

CASTRO, Gen. Paulo César de. A Crimeia e o Poder. **Revista Doutrina Militar Terrestre**. 2014. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/688/743>>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

DESTRADE, Sandra. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. 2010. **Review of International Studies**, 36, p. 903-930. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/38269/ssoar-rintstud-2010-4-destradi-Regional_powers_and_their_strategies.pdf?sequence=1>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

DIAS, Vanda Amaro. As Dimensões Interna e Internacional da Crise na Ucrânia. **Revista Relações Internacionais** n° 45 pp. 45-55. ISSN: 1645-9199. Lisboa, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000100003>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

DUBOVYK, Volodymyr. A Ucrânia e a Guerra na Geórgia. **Revista Relações Internacionais** n° 20 pp. 45-47. ISSN: 1645-9199. Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992008000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

FERREIRA, Marcos Farias. A Ucrânia, a Rússia e a Europa pós-Crimeia. **Revista Janus**, 2015-2016. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2941/1/2.11_MarcosFarias_Ucrania.pdf> Acesso em 26 de Novembro de 2019.

FRANCO, Livia. O Ano da Ucrânia. **Revista Janus**, 2015-2016. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2917/1/1.8_LiviaFranco_Ucrania.pdf>.

Acesso em 23 de novembro de 2019.

FRANÇA, Alana Benini Luiz de. Relações Ucrânia e Rússia Pós URSS: Identidade e Energia. Florianópolis, 2014. Disponível em:

<<https://core.ac.uk/download/pdf/30404413.pdf>>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

FREIRE, Maria Raquel. Debate: Uma nova Guerra Fria? **Revista Relações Internacionais** n° 20 pp. 49-66. ISSN: 1645-9199. Lisboa, 2009. Acesso em 18 de novembro de 2019.

GOMES, Mariana Filipe. As Relações União Europeia-Rússia no século XXI e a anexação da Crimeia. Uma análise geopolítica. Lisboa, 2018. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/16156>>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

KUCHINS, Andrew C. ZEVELEV, Igor. Russia's Contested National Identity and Foreign Policy. In: *Worldviews of Aspiring Powers: Domestic Foreign Policy Debates in China, India, Iran, Japan and Russia*. Edited by Henry R. Nau and Deepa M. Ollapally. 2012. Páginas: 181-209.

LUNKES, Daniela Sallet. PINTO, Danielle Jacson Ayres. O Atual Processo de Construção Identitária da Ucrânia: O Conflito entre a Tradição Russa e o Modelo Econômico da UE. **Associação Brasileira de Relações Internacionais**. João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1407159916_ARQUIVO_ArtigoDanielleAyreseDanielaLukesABRI2014.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

MATOS BARBOZA, Carlos Eduardo de. A estratégia Russa no Conflito da Ucrânia: Contribuições para a Doutrina Militar Brasileira. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3868/1/MO%205965%20-%20MATOS%20BARBOZA.pdf>>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 28 nº1, 2006, pp 223-258. Acesso em 18 de novembro de 2019.

MIELNICZUK, Fabiano. A Crise Ucraniana e suas Implicações para as Relações Internacionais. **Revista Conjuntura Austral** nº 23. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/46849/29136>>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

POMERANZ, Lenina. A Crise na Ucrânia. Palestra proferida em 9 de maio p/p no GAIC – Grupo de Análise da Conjuntura Econômica Internacional. 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/junho/14.06.Crise_na_Ucr%C3%A2nia.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MACHADO, Lauren. A Rússia e o Exterior Próximo: Potencialidades e Entraves para um Projeto de Grande Potência. **Revista Brazilian Journal of International Relations** vol. 4. ISSN: 2237-7743. Marília, 2015. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/4044>>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

SOARES, Adalgisa Bozi. Guerra na Geórgia: Marco para o fim da Unipolaridade? Revista Meridiano 47 – **Journal of Global Studies** nº 97. 2008. Páginas 53-56. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

SPERANCETE, Luiz Fernando Mocelin. Nacionalismo e a Política do Poder na Rússia de Vladimir Putin. **Revista Pesquisa & Debate** nº 2 pp 147-162. ISSN: 1806-9029. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/35145/24453>>. Acesso em 17 de novembro de 2019.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na Ordem Mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um Pólo Autônomo em um Mundo Multipolar? **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2003, pp. 153-181. Acesso em 25 de novembro de 2019.

